

//


UFRGS
EDITORA

O BRASIL EM CONSTRUÇÃO

TEORIA, HISTÓRIA E
ECONOMIA NA OBRA DE
PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

IVAN COLANGELO SALOMÃO
ORGANIZADOR

// **CEGOV** TRANSFORMANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA //

O BRASIL EM CONSTRUÇÃO

**TEORIA, HISTÓRIA E
ECONOMIA NA OBRA DE
PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA**



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Álvaro R. C. Merlo

Augusto Jaeger Junior

Enio Passiani

José Rivair Macedo

Lia Levy

Márcia Ivana de Lima e Silva

Naira Maria Balzaretti

Paulo César Ribeiro Gomes

Rafael Brunhara

Tania D. M. Salgado

Alex Niche Teixeira, presidente

**Centro de Estudos Internacionais
sobre Governo (CEGOV)**

Diretor

Marco Cepik

Vice Diretor

Ricardo Augusto Cassel

Conselho Científico CEGOV

Cássio da Silva Calvete, Diogo Joel De-
marco, Fabiano Engelmann, Hélio Henkin,
Leandro Valiati, Lúcia Mury Scalco, Luis
Gustavo Mello Grohmann, Marcelo Soares
Pimenta, Marília Patta Ramos, Vanessa
Marx

Coordenação Coleção Editorial CEGOV

Cláudio José Muller, Gentil Corazza,
Marco Cepik

// **CEGOV** TRANSFORMANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA //

O BRASIL EM CONSTRUÇÃO

TEORIA, HISTÓRIA E
ECONOMIA NA OBRA DE
PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

IVAN COLANGELO SALOMÃO
ORGANIZADOR


UFRGS
EDITORA


CEGOV
CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS
SOBRE GOVERNO

© dos autores
1ª edição: 2017

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coleção CEGOV
Transformando a Administração Pública

Revisão: Letícia Rodrigues

Projeto Gráfico: Joana Oliveira de Oliveira, Liza Bastos
Bischoff, Henrique Pigozzo da Silva

Capa: Marcel Oliveira de Souza

Diagramação: Marcel Oliveira de Souza

Impressão: Gráfica UFRGS

Apoio: Reitoria UFRGS e Editora UFRGS

Os materiais publicados na Coleção CEGOV Transformando a Administração Pública são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos, desde que citada a fonte.

B823 O Brasil em construção: teoria, história e economia na obra de Pedro Cezar Dutra Fonseca [recurso eletrônico] / organizador Ivan Colangelo Salomão. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.
310 p. : pdf

(CEGOV Transformando a Administração Pública)

Inclui figuras, gráficos, quadros e tabelas.

Inclui anexo e referências.

1. Economia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Política econômica. 4. História econômica. 5. Teoria econômica. 6. Desenvolvimentismo. 7. Macroeconomia. 8. Pedro Cezar Dutra Fonseca – Obra - Homenagem. I. Salomão, Ivan Colangelo. II. Série.

CDU 330.34

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0486-0



17

CONTRIBUIÇÃO AO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTISMO: POLÍTICA ECONÔMICA, POLÍTICA EXTERNA E DEFESA NACIONAL

LUIZ AUGUSTO ESTRELLA FARIA

Bacharel (1979) e mestre (1991) em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor (2001) em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor associado da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS.

O presente trabalho se propõe a fazer uma discussão a partir do conceito de desenvolvimentismo apresentado por Pedro Fonseca (FONSECA, 2015), especulando sobre uma presumível expansão ou alargamento do mesmo na direção de duas áreas da política estatal não tratadas mais sistematicamente no texto mencionado. Em um exercício de verificar a possibilidade de extensão do conceito através da consideração de objetivos não pertencentes a seu núcleo central, pretendo aqui especular sobre dois movimentos que estiveram presentes em certos momentos da vigência desse modelo de crescimento, especialmente no Brasil. A saber, a adoção de uma política externa independente no sentido de desvinculada dos interesses hegemônicos na ordem internacional dirigida pelos EUA e a instituição de uma estratégia de defesa autônoma, desengajada da proteção norte-americana e baseada na concepção e produção nacional de sua doutrina, meios e recursos.

Em sua opção metodológica, Fonseca seleciona o que qualifica como conceito clássico, aquele capaz de identificar um núcleo comum presente em todos os tipos identificáveis como experiências históricas concretas de manifestação do fenômeno descrito no processo de conceituação. O núcleo comum do desenvolvimentismo, em sua maneira de ver, compreende as seguintes três características:

- (a) a existência de um **projeto deliberado** ou estratégia tendo como objeto a Nação e seu futuro. Essa pode ser associada, com certa licenciosidade, a projeto nacional, desde que não se entenda, por isso, repulsa ao capital estrangeiro nem rompimento com a ordem internacional, mas simplesmente a Nação como epicentro e destinatária do projeto;
- (b) a **intervenção consciente e determinada do Estado** com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho de Estado, com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade;
- (c) a **industrialização**, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário (FONSECA, 2015, p. 29, grifos no original).

Assim definido, o conceito é capaz de descrever um conjunto significativo de experiências de governos latino-americanos ao longo do século XX, entre as décadas de 1930 e 1970. A essas características, Fonseca acrescenta os atributos de intencionalidade, em que o processo de desenvolvimento tem um norte e é conduzido racionalmente, e de capitalismo, em que o processo é baseado na preservação e aprofundamento das relações sociais desse modo de produção específico.

Na seção 7 de seu rico ensaio, Pedro Fonseca aborda as possibilidades de extensão e intensão do conceito, na medida em que outras tipologias e características sejam levadas em consideração. E isso sempre tendo presentes os riscos dos excessos tanto numa como noutra direção, de excessiva diluição ou de dema-

siada restrição, tornado o conceito de pouca utilidade analítica. Num exercício da possibilidade de extensão, leva em consideração os objetivos de reforma agrária e redistribuição de renda, que aparecem em diversos governos desenvolvimentistas analisados. Em 10 casos investigados, a inclusão dessas duas novas características corresponderia a nada menos do que cinco deles que permanecem dentro do núcleo duro, a indicar uma área de sobreposição bastante expressiva.

O que pretendo nessas breves notas é fazer outro exercício de extensão, sem, contudo, seguir o rigor do trabalho original. Será meramente um experimento exploratório. Nesse caso, trata-se da inclusão de duas novas características presentes em alguns casos de desenvolvimentismo, política externa independente e política de defesa autônoma. Um ponto que pretendo discutir, também, é se essa extensão não acaba por se tornar uma condição necessária, a partir de um determinado estágio da continuidade do próprio projeto desenvolvimentista. Nesse caso, haveria um paralelo com a redistribuição da renda, que é apontada em mais de uma vertente interpretativa como causa do esgotamento desse ciclo na América Latina em razão de seu efeito de restrição sobre o mercado interno (FARIA, 1996, 1997).

Em seu caminho, o desenvolvimentismo veio percorrendo uma sucessão de etapas no sentido da urbanização e da industrialização. Um primeiro patamar a ser atingido foi o da criação de uma indústria de bens de consumo não duráveis (alimentação, têxtil, vestuário e calçados) e de alguns insumos básicos (aço, cimento). Na sequência, e de forma muito desigual em razão das diferentes escalas dos mercados nacionais latino-americanos, a indústria de bens duráveis de consumo, cujo núcleo principal foi o segmento automotivo e uma nova impulsão na produção de insumos básicos, como derivados de petróleo e energia elétrica. E, finalmente, uma última etapa que só se desenvolveu de forma mais acabada no Brasil nos anos 1970, enquanto México e Argentina, os dois outros grandes mercados da região de então, o fizeram de forma bastante incompleta ou marginal. Seu objetivo foi a criação do setor de meios de produção, mormente as indústrias de bens de capital, petroquímica, minerais não ferrosos, aeroespacial e assim por diante.

Até a segunda etapa da industrialização, a estratégia de defesa vinculada à proteção americana e ao combate à ameaça comunista mostrou-se funcional, assim como o alinhamento da política externa à liderança daquela potência. Embora alguns conflitos, como a disputa entre capital estatal e capital estrangeiro pela ocupação de determinados ramos das novas atividades, havia basicamente uma sintonia entre o longo ciclo de expansão dos chamados “Anos Dourados” do capitalismo maduro entre 1945 e 1973 e o desenvolvimentismo latino-americano. A extensão internacional do investimento estrangeiro, especialmente aquele proveniente dos EUA e da Europa ocidental, combinava-se com a criação de sociedades mistas de capital privado nacional e internacional na ampliação do parque industrial em nos-

so continente. No que tange às Forças Armadas, desde a participação na Segunda Guerra Mundial, haviam-se adequadamente à doutrina e aos padrões de equipamento dos EUA e da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Essas duas escolhas passaram, na etapa seguinte do processo industrial, a criar obstáculo à sua continuidade. O início da redemocratização e o impulso do II PND ao setor de bens de capital acabaram por lançar as bases do que viria a ser uma nova Estratégia Nacional de Defesa, para a qual a virtual morte do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) – um tratado de assistência recíproca em matéria de defesa da Organização dos Estados Americanos –, por ocasião do apoio dos EUA à Grã-Bretanha na Guerra das Malvinas, após uma pá de cal. A defesa nacional foi paulatinamente mudando seu foco da contra insurgência para a atenção às vulnerabilidades brasileiras e à integração sul-americana. Além disso, foi dada prioridade à autonomia na produção de armas e equipamentos e na preparação de meios e doutrina de seus empregos próprios.

Da mesma forma, a busca pelo desenvolvimento de algumas tecnologias sensíveis, necessárias ao novo departamento econômico então em implantação, como a nuclear, de comunicação e informação ou o complexo industrial de defesa, produziu como resultado um afastamento dos EUA, de que é marco o fim do acordo militar no começo dos anos 1970. Num segundo momento, um novo conflito se apresenta em torno do tema da dívida externa, adquirida em larga medida para financiar o esforço de investimento do final do desenvolvimentismo. Nesse caso, não apenas em razão da guinada da política monetária americana que, elevando a taxa de juros a um nível inimaginável, tornou insustentáveis os custos da dívida decorrentes, mas também pela postura diplomática então adotada, em que o Estado norte-americano assume uma posição militante de pressão em favor dos bancos privados credores e de influência sobre os organismos multilaterais que regulavam a matéria.

A democracia se concretiza e a Constituição de 1988 é promulgada no auge desse dissenso. Se o regime democrático veio a consolidar os princípios do que se traduziria mais adiante em uma política externa independente (ou “ativa e ativa”) e de uma nova estratégia nacional de defesa, a hipótese que defendo nessas notas aponta para sua origem em necessidades postas pela própria continuidade do desenvolvimentismo. Tanto foi assim que, quando esse caminho do crescimento endógeno foi retomado, entre 2003 e 2014, tanto a diplomacia quanto a política de defesa apresentavam já um grau de elaboração e definição bem nítido nessa nova direção.

Para argumentar em favor do realismo dessa hipótese, é preciso ultrapassar os limites da ciência econômica e avançar para o campo multidisciplinar das relações internacionais, buscando ajuda dos estudos estratégicos, com suas raízes na ciência política e nas ciências militares. Nesse sentido, vou precisar cotejar desenvolvimento nacional e forma da ordem mundial.

Esse percurso requer a utilização de outro conceito: hegemonia. Na verdade, um uso específico desse conceito tal como é feito no estudo das relações internacionais. Não é o conceito de hegemonia no sentido político, tal como formulado originalmente por Antonio Gramsci. Uma ordem mundial pode assumir tanto a forma de império quanto a forma hegemônica, que definem uma hierarquia de poder no sistema internacional. A tradição historiográfica usa como marco o Tratado de Westphália para identificar o momento do fim dos grandes impérios – ao menos no mundo ocidental – e o surgimento de um novo arranjo interestatal que deu origem à forma hegemônica da ordem mundial, bem mais adaptada a dar estabilidade ao sistema internacional capitalista. Num primeiro momento, organizada em coligações de Estados e, num segundo, a partir do Tratado de Viena, em 1815, na forma de um conjunto hierarquizado com um único Estado central.

Gramsci, em seus *Cadernos do Cárcere*, expôs a famosa fórmula da hegemonia como sendo a combinação de coerção e consenso e, numa nota um tanto maliciosa, adenda um eventual terceiro elemento: a corrupção (GRAMSCI, 1976). Também afirmou que a aceitação da ordem instaurada pela maioria geradora do consenso se fazia pela assimilação dos valores e ideias do bloco no poder. A ideologia seria o cimento a manter unidos os tijolos do edifício social.

A incorporação das ideias gramscianas às relações internacionais e especialmente do conceito de hegemonia assumiu diferentes modos. Desde uma forma mais implícita, buscando descrever posições hierárquicas entre os componentes do sistema mundial capitalista, tal como em Arrighi e Silver (2001), a um tratamento mais sistemático como aquele feito por Cox (1999). Em ambas as formulações, a organização do sistema-mundo se estrutura sobre a polarização centro e periferia, num formato de círculos concêntricos e com um espaço intermediário onde ocupa lugar a semiperiferia. O que mantém unido e materializa as relações entre os diversos lugares do sistema, os nós da teia de ligações entre todas as partes dessa totalidade, é um determinado padrão de divisão internacional do trabalho, que vincula as partes a partir de papéis e funções estabelecidas e que perduram por um largo período.

O largo período não é para sempre. Como lembrou Lipietz (1988), o lugar de um país na divisão internacional do trabalho é um “achado”, depende de opções resultantes de seu processo social histórico interno, condicionadas pelas pressões do resto do mundo. Em outra abordagem, José Luís Fiori (2008) descreve o sistema internacional com a metáfora do universo em expansão, em que o conjunto de galáxias interage através de suas forças gravitacionais distintas e colidem e mudam de lugar frequentemente¹.

(1) Lipietz faz uma interessante lembrança do caso da Argentina, que se encontrava numa posição de semiperiferia no começo do século XX e caiu desde lá na hierarquia mundial,

Opções políticas e pressões externas fazem partes dos jogos do poder, seja a luta de classes no plano nacional, sejam os conflitos causados pelo imperialismo. De acordo com Susan Strange, é possível ampliar o conceito de poder em duas direções. O poder estrutural de definir as regras do jogo e controlar o sistema e o poder relacional, a capacidade de influenciar o comportamento dos outros (STRANGE, 1994). Essa autora define a hegemonia na ordem internacional a partir de quatro eixos, representados nos lados de um losango dentro do qual a gangorra do poder balança. A produção, baseada na maior eficiência econômica; as finanças, sustentada no controle do crédito; o científico, fundado no controle da pesquisa e das tecnologias decisivas; e o militar, alicerçado no poder de dissuasão ou destruição do inimigo.

A contribuição de Robert Cox vai, em larga medida, ao encontro das ideias de Susan Strange. Entretanto, sua filiação gramsciana traz para um plano de relevo o tema da ideologia e a consideração, também compartilhada pela autora britânica, do papel do que Gramsci chamou sociedade civil na conformação da ordem mundial. Strange fala em mercados e Cox em forças sociais como atores tão importantes quanto os Estados na dinâmica do sistema internacional. A figura com que descreve a hegemonia tem três vértices que descrevem as capacidades que os atores da cena mundial precisam desenvolver para consolidar suas relações de poder. O primeiro conjunto de capacidades se estabelece no plano material, a vantagem econômica da estrutura produtiva e o poder de destruição e seu dispositivo militar. O segundo grupo é o plano das ideias, em que significações intersubjetivas conduzem à adequação dos comportamentos aos padrões condizentes com a manutenção da ordem e, também, o compartilhamento de valores e noções que consolidam uma ideia coletiva de justiça e aceitação do *status quo*. E, finalmente, o terceiro plano é aquele das instituições que governam as relações internacionais – sua criação e seu controle dependem da posição de poder relativo entre os participantes.

Numa síntese dessas ideias, apresentei o conceito de hegemonia como sendo exercido em três níveis (FARIA, 2013). No plano material há quatro elementos: segurança (capacidade militar), economia (vantagem produtiva e comercial), tecnologia (controle de pesquisa e inovação) e finanças (controle da moeda e do crédito). Já o plano ideológico se subdivide em três componentes: valores (princípios morais e normas de comportamento), crenças (imagens compartilhadas, representações e interpretações comuns) e, por fim, conhecimento (liderança na produção artística e no conhecimento científico). A instância que vincula esses dois planos é a das instituições – as regras, hábitos e formas organizacionais que garantem a efetividade da ordem estabelecida.

A aventura desenvolvimentista na América Latina sempre experimentou

diferentemente do que se passou com o Canadá ou a Austrália no mesmo período. Posso acrescentar que o processo ainda foi mais longe, até atingir a posição de hoje, de dependência em relação ao Brasil (LIPIETZ, 1988).

contradições que as diferentes correntes teóricas que a interpretaram, do estruturalismo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ao marxismo weberiano das diversas vertentes da teoria da dependência e às teses do imperialismo ou do subimperialismo de um marxismo mais ortodoxo discutiam como limites à sua continuidade. Desde o já mencionado problema da distribuição de renda a limitar o potencial do mercado nacional para a CEPAL até a convicção de uma incapacidade absoluta da burguesia nacional em levar adiante um projeto que não fosse meramente dependente e associado ao centro hegemônico comandado pelos Estados Unidos – um mero desenvolvimento do subdesenvolvimento –, até uma posição mais intermediária, de alguns pensadores marxistas que desenvolveram uma expectativa em relação à possibilidade da formação de um bloco histórico unido da classe trabalhadora e da burguesia nacional na condução de um processo que alcançasse o pleno desenvolvimento da nação².

Immanuel Wallerstein chegou a identificar um modelo com esse objetivo ao qual chamou “estratégia de semirretirada mercantilista” (WALLERSTEIN, 2000) e aponta os exemplos de Alemanha e Japão no final do século XIX. Mobilizadas em torno de um projeto de ascensão do poder nacional dentro do sistema-mundo capitalista e em desafio ao poder hegemônico, um período de isolamento de algumas décadas permitiu a essas nações um processo acelerado de construção daquelas capacidades econômicas, militares, tecnológicas, institucionais e ideológicas, que lhes permitiram desafiar o centro hegemônico e galgar degraus na hierarquia da ordem internacional. Essa mobilização exigiu a formação de um bloco de poder coeso em torno da burocracia estatal e formado pela burguesia urbana e uma fração significativa da classe trabalhadora. Houve naquele momento uma janela de oportunidades dada pelo declínio britânico e pela imaturidade norte-americana em assumir seu lugar, o que só veio a ocorrer durante a Segunda Grande Guerra.

Sob a consolidada hegemonia americana, as condições internacionais se mostraram desfavoráveis à replicação desse processo no ambiente latino-americano. Até porque, um dos objetivos da nação hegemônica é o de impedir a ascensão de potenciais rivais que desafiem seu poder e que possam, de alguma forma causar mudança na ordem estabelecida. Mas a impressão mais forte que fica aponta para a impossibilidade da formação de uma coesão política suficiente em torno do projeto desenvolvimentista para sustentar seus avanços na construção de um nível suficiente das capacidades de poder necessárias a uma mudança de lugar na hierarquia mundial. No caso brasileiro, depois de uma série de movimentos erráticos entre 1981 e 1989, no momento seguinte, entre 1990 e 2002, a política econômica abandonou qualquer vestígio de desenvolvimentismo e enveredou por um liberalismo tosco, apenas mitigado por pressões de um ou outro setor com mais capaci-

(2) Para uma discussão crítica desse debate, ver Palma (1978) e Cardoso (1980).

dade de influência política. Da mesma forma, a política de construção de capacidade de defesa autônoma foi sendo desmontada quase completamente, até se reduzir a projetos inacabados ou apenas sonhados. E, por fim, desde a aceitação passiva da pauta proposta pelos EUA para a política externa, o Brasil perdeu influência fora do continente abrindo mão, por exemplo, de poder de barganha em negociações multilaterais de comércio ou financeiras pela adoção unilateral de uma abertura às importações e à livre movimentação de capitais. Restou uma última trincheira na forma da preservação de influência na América do Sul.

O período entre 2003 e 2014, e isso é uma nota final a estas considerações, pode ser interpretado, em minha opinião, como um esforço de construção de uma coalisão política capaz de dar suporte à retomada do projeto desenvolvimentista de uma forma um pouco diversa de suas características anteriores. É facilmente identificável um intenso movimento de extensão, no sentido usado acima. Houve uma incorporação dos objetivos de redistribuição de renda e de reforma agrária, aproximando os governos Lula e Dilma da posição que Pedro Fonseca identificou com João Goulart. Mas ao mesmo tempo, e essa é a contribuição ao debate que deixo aqui, esse processo de expansão foi mais além, incluindo os objetivos de uma política externa independente e de uma estratégia de defesa autônoma.

Em relação à primeira, houve um claro jogo de afastar a influência americana da América do Sul e, mais adiante, também do Caribe e América Central. Marco disso foi o naufrágio da proposta de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), torpedeada por uma coalisão entre Brasil, Argentina, Venezuela, Equador, Bolívia e muitos outros. E, fundamentalmente, a consolidação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Mais ainda, foi retomada uma política africana e todas as iniciativas possíveis de ocupar espaços em fóruns multilaterais, muitas vezes em oposição aos interesses da grande potência, foram perseguidas. Da mesma forma, o combate ao unilateralismo que caracteriza a política estadunidense foi enfrentado com a formação de coalizões de países interessados num mundo multipolar, como o G20 na Organização Mundial do Comércio, a união de Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) e o G20 financeiro.

No que respeita à nova Estratégia Nacional de Defesa, suas bases estão em nítida oposição ao que é defendido pelos EUA para o período atual, com seu foco na luta contra o terrorismo e o crime organizado. Para o Brasil, segurança interna deixou de ser um objetivo das Forças Armadas, seu papel se restringe à defesa da soberania nacional e à garantia da paz internacional. E a soberania nacional é vista sob a perspectiva das vulnerabilidades do país, identificadas com nossos abundantes recursos naturais, de capital e humanos, de que são ícones a Amazônia, e a assim chamada “Amazônia Azul”, nossos mares territoriais e suas riquezas em início de exploração. Para alcançar os meios adequados à doutrina de seu emprego de

acordo com as finalidades definidas, a independência tecnológica e de fornecimento é essencial, de onde decorrem os programas em andamento na área da aviação de combate e mísseis, da nova frota de submarinos, dos sistemas de comunicação e vigilância, de blindados e armas leves.

À guisa de conclusão, é preciso lançar o olhar sobre as perguntas que a crise iniciada em 2015, que culminou na derrubada do governo e de seu projeto de desenvolvimento, necessariamente puseram e cuja resposta não existe, todavia. Seria a tentativa de extensão do conceito para as quatro novas áreas apontadas um desejo ambicioso demais e irrealizável por seu imenso escopo? Seriam as condições sociopolíticas do Brasil, sua estrutura de classes e suas formas de organização, bem como seus vínculos com atores de fora do país, o empecilho decisivo à formação de um bloco histórico suficientemente coeso e poderoso para levar adiante tão hercúlea tarefa? A roda que pode apontar o caminho do futuro ainda está girando e seu movimento é pouco nítido.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, G.; SILVER, B. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora da UFRJ, 2001.

CARDOSO, F. H. **As ideias e seu lugar**: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

COX, R. **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção de um conceito In: DATHEIN, R. (Org.). **Desenvolvimentismo**: o conceito, as bases teóricas e as políticas. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2015.

FARIA, L. A. E. Fordismo periférico, fordismo tropical y posfordismo: el camino brasileño de acumulación y crisis. **Ciclos en la Historia, la Economía y la Sociedad**, v. VI, p. 73-101, 1996.

FARIA, L. A. E. Centro, periferia e dependência: a crise do fordismo lá e cá. **Ensaios FEE**, v. 18, p. 237-263, 1997.

FARIA, L. A. E. The Value of the Concept of Hegemony for International Relations **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 2, n. 3, jan-jul., p. 209-232, 2013.

FIORI, J. L. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI In: FIORI, José L., MEDEIROS, Carlos e SERRANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

LIPIETZ, A. **Miragens e milagres**: problemas da industrialização no Terceiro Mundo.

São Paulo: Nobel, 1988.

PALMA, G. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment? **World Development**, vol. 6. London, p. 881-924, 1978.

STRANGE, S. **States and Markets**. London: Pinter Publishers, 1994.

WALLERSTEIN, I. **The essential Wallerstein**. New York: The New Press, 2000.